

N O S S A C I D A D E

Olho na Mata Atlântica

P O R S É R G I O S A R A I V A

A área que resta da Mata Atlântica já não é mais capaz de se sustentar sozinha e sua biodiversidade está se perdendo. De acordo com o INPE (Instituto Nacional de Tecnologia Espacial), o que sobrou é apenas 7,24% dos 1,29 milhão de km² originais. E as dificuldades para salvar o que resta, segundo o superintendente da SOS Mata Atlântica, Mario Montovani, são imensas.

De acordo com análise de Montovani, a degradação começa com a alta densidade demográfica. Os dados da entidade demonstram que 70% da população brasileira (cerca de 112 milhões de habitantes) se concentra em 3 mil (dos 6 mil) mu-

nicipios brasileiros incrustados na área onde estava a floresta na época do descobrimento do Brasil.

"A floresta sempre foi a maior fábrica de água potável existente no planeta, cumprindo ainda o papel de refrigerar o clima e purificar a atmosfera, e isso atraiu a população", diz Mantovani. "A chamada rain forest pelos estrangeiros tem a maior biodiversidade do mundo, até porque se estende do clima temperado do Sul até o calor do Nordeste."

De acordo com o coordenador do Movimento Billings, Eu Te Quero Viva!, Carlos Bocuhy, de São Bernardo, alguns sistemas ecológicos encontrados na floresta levariam mais de 120 anos para serem

recuperados, após a violenta degradação a que são submetidos, tornando a situação ainda mais dramática. Mantovani acrescenta ainda que as espécies endêmicas (só encontradas em algumas partes da Mata) estão se perdendo para sempre. "São irrecuperáveis."

Para Mantovani, a destruição da floresta tem causas diferentes em cada região. Em São Paulo, segundo ele, existe a invasão impune das áreas de mananciais e a especulação imobiliária, especialmente no Litoral.

No Rio de Janeiro, segundo ele, 50% da cobertura florestal foi destruída para abrigar explorações de pecuária incipiente. Na Bahia, é o primitivo desmatamento para a obtenção de madeira.

Bocuhy, um dos integrantes ambientalistas do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), aponta ainda a chuva e a neblina ácidas produzidas principalmente pelo pólo industrial da Baixada Santista como uma das causas da degradação, fenômeno que atinge principalmente o Núcleo Cubatão do Parque Estadual da Serra do Mar, entre o Grande ABC e o Litoral.

Mas os dois acusam principalmente a falta de fiscalização como causa pela contínua degradação. Segundo Mantovani, já em 1964 uma lei sobre áreas de preservação permanente dizia que todas as propriedades com mais de um módulo rural deveriam preservar 20% da mata nativa, que era proibido desmatar nas margens dos rios e nos topos dos morros, assim como construir em declives maiores que 45 graus. "Só a aplicação dessa lei já teria salvo grande parte da floresta", afirma Mantovani.

Para Bocuhy, o descaso oficial sobre a fiscalização é pauta constante no CONSEMA, onde participam representantes do governo. "É unânime a constatação de que não temos guardas suficientes para impedir invasões nas áreas de

preservação ou outras iniciativas predatórias."

Os benefícios sociais, econômicos e ambientais com a preservação do que resta da floresta, assim como a recuperação do que for possível, seriam maiores para os brasileiros. "Todo o mundo quer preservar o que resta das florestas e o turismo ecológico é uma das indústrias com maior crescimento no planeta. Renderia muito mais para a população do que colher palmito ou derrubar a mata para extrair madeira", argumenta Mantovani.

Segundo ele, esse conceito já é mundialmente predominante e está resultando em compensação financeira para os países que mantêm florestas nativas, assim como internamente, no Brasil, se desenvolve o conceito do ICMS (Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços) Ecológico, com municípios preservadores recebendo maior retorno que os demais.

Dentro desse espírito, Bocuhy ressalta o projeto do banco alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), que destinou US\$ 19 milhões para a conservação e manejo sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica de 1995 até 1999, em São Paulo. "O projeto abrange 39 municípios (1,7 milhão de hectares) e dez áreas de preservação."

Outros projetos, tocados por ONGs (Organizações não Governamentais), como a própria SOS Mata Atlântica, são menores e mais localizados. A entidade, segundo Mantovani, mantém viveiros com espécies nativas em Penápolis (para reflorestar margens do Tietê), em Jaguariúna e Iguape (de palmiteiros).

Ainda são iniciativas pequenas frente à dramática situação da Mata, que não é sequer mapeada, acompanhada, conhecida pelos governos. Lá fora se sabe mais sobre a floresta do que aqui", finaliza Mantovani.

* O autor é jornalista do Diário do Grande ABC.



Área de ocupações irregulares em área de manancial em São Bernardo